

Trabalho a distância permite modernização dos espaços físicos do STJ

O desenvolvimento do trabalho a distância em todo o mundo, potencializado, em larga escala, pela pandemia da Covid-19, exige soluções computacionais para que a atividade profissional possa ser exercida virtualmente com sucesso igual ou até maior do que no sistema presencial.

José Alberto/SCO/STJ



STJ está pronto para receber os profissionais que precisem fazer trabalho presencial

Entretanto, o teletrabalho ultrapassa os limites da virtualização das rotinas e causa uma revolução na organização dos espaços físicos, tanto domésticos, por causa do planejamento do lar como ambiente de trabalho, quanto profissionais, que passam a lidar com a ausência física de parte das equipes e, ao mesmo tempo, precisam oferecer uma estrutura que conecte as pessoas e possa recebê-las quando necessário.

Esse fenômeno, que atinge organizações em nível global, foi visto pelo Superior Tribunal de Justiça como oportunidade de unir a nova cultura de trabalho em seu ambiente físico com a possibilidade de realização de atividades por teletrabalho.

Assim, a corte promoveu uma série de modificações em sua estrutura para melhorar os espaços ocupados pelas diferentes unidades e, ao mesmo tempo, criar novos ambientes profissionais compartilhados e flexíveis, no modelo conhecido como *coworking*.

As mudanças envolvem ainda o desenvolvimento de projetos de tecnologia da informação para proporcionar a execução das atividades e a oferta de serviços com mais qualidade.

"O STJ acompanha o caminhar do mundo, em que os profissionais não estão mais presos às suas estações de trabalho. Agora, os servidores podem trabalhar em um ambiente totalmente *online*, criado e aprimorado pela nossa Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação", afirmou o presidente da corte, ministro Humberto Martins.

Segundo ele, quando os servidores precisarem estar presentes fisicamente no tribunal, serão recebidos em locais preparados para atender às suas demandas e serão incentivados a utilizar os espaços comuns, como salas de *coworking* e ambientes compartilhados para as reuniões.

Em qualquer lugar

Os novos espaços criados no STJ como modelos de *coworking*, denominados Salas Multiuso Conecta STJ, refletem também a sintonia da instituição com as Resoluções CNJ 227/2016 e 371/2021, que nortearam a Resolução STJ/GP 13/2021.

O novo texto que regulamenta o teletrabalho no tribunal, em substituição à Resolução STJ/GP 19/2018, traz diversas novidades, entre elas a possibilidade de execução das atividades remotas não apenas de maneira contínua, mas também de forma híbrida, ou seja, com a alternância entre o serviço presencial e o teletrabalho.

As Salas Multiuso Conecta STJ podem ser espaços para os servidores das unidades que optarem por essa modalidade de teletrabalho. A previsão de funcionamento dos espaços é a partir deste mês de setembro.

"A Resolução STJ/GP 13/2021 é fruto dos excelentes resultados obtidos pelo STJ com o teletrabalho nos últimos dois anos, e também é consequência de estudos que determinei para que o tribunal se adequasse às normas do CNJ, que apontaram ser possível dar ao servidor mais flexibilidade para o cumprimento de suas atividades remotamente", disse Martins.

Por outro lado, o ministro espera que as pessoas em regime de teletrabalho mantenham a responsabilidade na execução de suas atividades funcionais, respeitando o plano de trabalho e cumprindo as metas estabelecidas.

As Salas Multiuso Conecta STJ são ambientes totalmente equipados, não vinculados a secretaria alguma, em que todos os servidores poderão trabalhar. "O espaço estará disponível não apenas para os servidores da administração, mas também para os servidores dos gabinetes e de outras unidades, que precisem vir ao tribunal ou queiram fazer seu trabalho em um ambiente mais isolado", descreve o diretor-geral do STJ, Marcos Antonio Cavalcante.

"Estamos saindo do conceito antigo de trabalho que a Administração Pública adotava, passando não só ao *home office*, mas ao *anywhere office*", resume Cavalcante.

Reaproveitamento de espaços

Com esse foco, segundo o diretor-geral, foram reestruturadas diversas unidades da corte, entre elas a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a Secretaria Judiciária (SJD) e a Assessoria de Relações Internacionais (ARI), partindo da premissa de que seria possível eliminar pelo menos 30% das estações físicas permanentes de trabalho.

Por outro lado, para atender aos profissionais que comparecem esporadicamente ao tribunal, o projeto de modernização implementou as estações rotativas de trabalho em cada unidade, aparelhadas com os recursos necessários para que o colaborador execute suas tarefas normalmente.

Segundo Marcos Cavalcante, a reorganização dos espaços, além de otimizar o sistema de trabalho e reduzir custos, permitiu a realocação de algumas unidades: a SOF, por exemplo, ocupava uma parte do prédio do Conselho da Justiça Federal e pôde ser transferida para a sede do STJ.

O local anteriormente ocupado pela secretaria no CJF foi disponibilizado para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), que ali pôde instalar novos ambientes de ensino, alguns deles já concluídos, como salas de aula e auditório, que foram entregues no início de março deste ano pelo ministro Humberto Martins.

A ampliação dos espaços físicos possibilitou que a Enfam passasse a ser uma das maiores escolas de magistratura do Brasil, ocupando aproximadamente três mil m².

Inovação

A chefe da Seção de Arquitetura, Simone Muhlethaler Vidigal, define como inovadora a concepção desses espaços físicos: "Eles refletem as inovações presentes nas formas de trabalho, a exemplo do teletrabalho. O STJ está propondo ambientes diferenciados, em que as pessoas possam realizar suas atividades em locais compartilhados, com recursos de tecnologia, de forma dinâmica, fora de uma sala tradicional".

De acordo com Simone Vidigal, os leiautes foram pensados para pequenas reuniões e atividades individuais, com mobiliário diferenciado a fim de proporcionar dinâmica de cor e sensação de movimento.

"É uma inovação cultural. Os ambientes facilitarão a interação entre as unidades da corte, na medida em que diversas atividades poderão acontecer ao mesmo tempo nesses espaços", explica a responsável pelo projeto. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

Date Created

05/09/2021